



VILAREALSTºANTONIO

1  
AS

## ATA N.º 31/2014

Ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, realizada no dia 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

Aos doze dias do mês de dezembro de 2014, em Vila Real de Santo António, na Sala Marquês de Pombal da Casa da Câmara de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente o Excelentíssimo Senhor Presidente da mesma Câmara, **Luís Filipe Soromenho Gomes**, comigo, Francisco José Leiria Sabino, Chefe da Divisão de Atividades Económicas, compareceram, pelas 09.10 horas, os Srs. Vereadores **Maria da Conceição Cipriano Cabrita**, **João Filipe de Brito Sol Pereira**, **João Manuel Lopes Rodrigues**, **David Matias Murta**, **Célia Maria Marques da Rosa Paz** e **José Estevão Correia da Cruz**, a fim de se realizar a reunião extraordinária a que se refere o artigo 41.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2015;
- CONTRATO-PROGRAMA DE GESTÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

FALTA: - Verificou-se a ausência do Sr. Vereador **Luis Miguel Cristo Salvador Salas**, por motivos profissionais, face ao que a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificada a respetiva falta.

Handwritten signature in black ink and initials 'A' in blue ink.

**DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:**

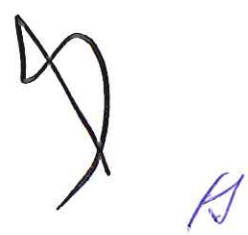
#### **ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2015.**

O Sr. Presidente começou por explicar os considerandos da proposta e referiu que houve uma reunião entre técnicos da Câmara Municipal e da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) para se acertar algumas questões, no seguimento da notificação da DGAL. Mencionou que o Município decidiu acatar as recomendações, nomeadamente retirar da proposta de orçamento de 2015 os montantes afetos à terceira fase do PAEL (receita e despesa), visto que já foi libertada a última tranche e paga toda a despesa consignada a esse empréstimo, o que estava previsto acontecer no início do próximo ano.

O Sr. Vereador David Murta disse que não recebeu o anexo do novo orçamento mas face aos valores globais entre o primeiro orçamento e o agora proposto constata que há uma diferença de mais de seis milhões de euros. Retirando o valor do PAEL verifica ainda uma diferença de um milhão e novecentos mil, pelo que questiona a que se deve.

O Sr. Presidente afirmou que deveu-se a ajustamentos técnicos, no seguimento da reunião com a DGAL, nomeadamente arrendamentos dos imóveis municipais e descida dos valores referentes aos resíduos sólidos urbanos.

O Sr. Vereador David Murta referiu que na anterior reunião de Câmara onde foi submetida a proposta de Orçamento Municipal estava mencionado que o orçamento plurianual para o ano 2016 já é vinculativo, daí ter questionado se se trata de uma imposição legal para todos os municípios ou apenas para os que têm PAEL. Deixou ainda a questão sobre os

Handwritten signature in black ink and the letter 'A' in blue ink.

cortes que alguns municípios iam sofrer por ter ultrapassado os limites legais de endividamento, pelo que questionou se se aplicava a Vila Real de Santo António.

O Sr. Presidente disse que o PAEL obriga ao cumprimento de rácios, nomeadamente no que se refere às projeções de receitas, também por imposição do orçamento de estado. Informou também que neste momento não estão a ser aplicados cortes ao Município, pois no último ano baixou o endividamento, pelo que a DGAL deixou de aplicar a medida de retenção de verbas que estava a aplicar.

O Sr. Vereador David Murta disse que na opinião do Partido Socialista a proposta devia estar redigida de outra forma, pois o PS concorda com o ponto 1 mas mantém a decisão tomada anteriormente no que se refere aos pontos 2 e 3, pelo que apresentará uma declaração de voto explicando a posição.

O Sr. Vereador José Cruz disse que não pode haver novo orçamento sem haver revogação do anterior, pelo que na sua opinião a proposta está bem explanada nos três pontos. Questionou o Sr. Presidente sobre o porquê da inclusão das verbas referentes à terceira tranche do PAEL, quando a Câmara Municipal já sabia que receberia essas verbas em 2014.

O Sr. Presidente disse que a terceira tranche do PAEL estava prevista no orçamento de 2014, tendo o Sr. Vereador José Cruz mostrado discordância pelo facto das mesmas estarem previstas também no orçamento de 2015 (na anterior proposta submetida).

Citou ainda o Sr. Vereador José Cruz que os serviços técnicos de auditoria e métodos e de contabilidade deviam ter apresentado um documento complementar explicando a diferença dos mais de seis milhões retirados em orçamento, uma vez que a verba retirada referente ao PAEL não reflete a diferença do atual e do orçamento anterior, pelo que

/

A

deviam ser explicados todos os cortes efetuados, para evitar esse trabalho aos Srs. Vereadores. Deixou também as seguintes questões:

- Quais as rubricas onde foram aplicados os cortes?
- Se está previsto mais de catorze milhões de empréstimos do Fundo de Apoio Municipal (FAM), a Câmara Municipal passará a ter um auditor externo, perdendo o Executivo toda a autonomia para gerir?
- Qual a receita da Câmara Municipal até esta fase do ano?

Aludiu ainda que a receita da Câmara Municipal deve estar muito abaixo do previsto, pelo que há muita falta de esclarecimento nesta proposta. Declarou que no orçamento devia estar devidamente separado o que são as verbas do PAEL e as que não são. Finalmente disse que reforçava o alerta que o Partido Comunista Português tem vindo a fazer sobre a situação financeira da Câmara Municipal, pois parece muito preocupante.

= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores David Murta, Célia Paz e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser revogada a deliberação de aprovação da Proposta/2014/322 "Orçamento Municipal de 2015" tomada em reunião de câmara de dia 29/10/2014, bem como a proposta Saída/2014/6990 tomada em reunião de câmara de 25/11/2014, aprovar a proposta de Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano Plurianual para o ano económico de 2015 e o Quadro Plurianual Municipal com o horizonte temporal 2015-2018 (em conformidade com a alínea a), n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como o previsto no artigo 44.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro) e submeter a mesma a aprovação da Assembleia Municipal, bem como atualizar todas as Taxas e Preços Municipais, no valor da inflação prevista no Relatório OE 2015, em 1.0%, documentos que constituem parte integrante da presente ata.



Handwritten signature and initials in black and blue ink.

## CONTRATO-PROGRAMA DE GESTÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

O Sr. Vereador David Murta questionou, não querendo repetir os habituais considerandos sobre a Empresa Municipal, se as receitas que o Município está a transferir para a VRSA-SGU, EM SA estão previstas no quadro de projeção de receitas apresentados à Direção-Geral das Autarquias Locais, no âmbito do PAEL, tendo o Sr. Presidente respondido que sim.

Perguntou ainda o Sr. Vereador David Murta se a comissão independente composta por três elementos pode integrar um dos Srs. Vereadores da oposição, para que exista um melhor acompanhamento do definido no Contrato-Programa por parte desses Vereadores.

O Sr. Presidente disse que ia pensar sobre a proposta mas lembrou que as forças da oposição recusaram fazer parte da constituição das empresas municipais aquando da criação. O Sr. Vereador David Murta disse que não pode responder sobre essa questão, pois não era membro da Câmara Municipal nesse período e referiu que o Sr. Presidente sabe qual a opinião do Partido Socialista no que se refere à Empresa Municipal VRSA-SGU.

O Sr. Vereador José Cruz referiu que não concorda que seja a Empresa Municipal a efetuar a gestão das taxas dos estabelecimentos localizados no Centro Histórico nem com a celebração do Contrato-Programa, pelo que vai votar contra.

6  
  
H

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz e o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser submetido à aprovação da assembleia municipal a celebração do Contrato-Programa de Gestão do Centro Histórico de Vila Real de Santo António, assim como a minuta do mesmo contrato, em anexo à presente proposta, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

7

ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar em minuta a ata da presente reunião.

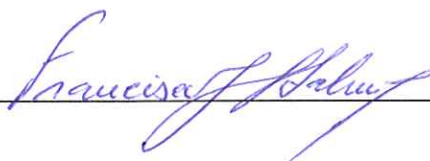
ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: - E nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião, pelas 09.35 horas.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, FRANCISCO JOSÉ LEJRIA SABINO, Chefe de Divisão das Atividades Económicas, a redigi, subscrevo e assino.



---



---